



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

**LEI Nº3.231, DE 04 DE SETEMBRO DE 2.006.**

(Projeto de Lei nº034/2006, de autoria da Prefeita Jussara Menicucci de Oliveira)

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE LAVRAS, PARA O EXERCÍCIO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Lavras, para o exercício de 2007, será elaborado e executado de acordo com o que dispõe o § 2º, do artigo 165, da Constituição Federal; Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e artigo 146, II, da Lei Orgânica Municipal; e conterà:

- I- as prioridades e metas da Administração Municipal, constantes dos Anexos desta Lei;
- II- a estrutura dos orçamentos fiscais;
- III- as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município;
- IV- as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V- as disposições sobre despesas com pessoal e encargos;
- VI- as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII- as disposições gerais.

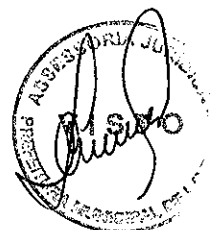
**CAPÍTULO I**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal, para o exercício financeiro de 2007, são aquelas definidas no Anexo I, desta Lei, resultantes das Audiências Públicas realizadas.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2007 serão destinados prioritariamente às ações estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo, em limites à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2007, o Poder Executivo poderá alterar as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Av. Sylvio Menicucci, 1575 - Bairro Kennedy - 37200-000 - Telefax.: (35)3694-4024; [juridicomml@lavras.mg.gov.br](mailto:juridicomml@lavras.mg.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

**CAPÍTULO II**  
**DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS FISCAIS**

Art. 3º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2007 abrangerá o Poder Legislativo, Executivo, seus Fundos e Autarquias, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as Receitas por rubricas e suas respectivas Despesas, por função, sub-função, programa, projeto e/ou atividade, elemento e/ou sub-elemento, de cada unidade orçamentária, na forma dos seguintes adendos:

- I – Resumo Geral da Receita;
- II - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- III- Demonstrativo da Receita por fontes e das despesas por funções;
- IV – Demonstrativo da Despesa Orçada;
- V - Programa de Trabalho por órgão de Governo;
- VI – Demonstrativo de funções, sub-funções e programas por projetos e atividades;
- VII – Demonstrativo da despesa por órgãos e funções;
- VIII – Natureza da despesa segundo a unidade orçamentária;
- IX – Legislação da receita;
- X – Demonstrativo da Evolução da Receita, por fonte, conforme disposto no artigo 12, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;
- XI – Demonstrativo da evolução da despesa por elemento considerando os três exercícios anteriores ao exercício da elaboração do Orçamento.

§ 1º - Despesas comuns entre as diversas unidades orçamentárias poderão ser movimentadas por órgão central da administração.

§ 2º - Os Orçamentos Fiscais dos Fundos, Autarquias e órgãos integrantes do Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

**CAPÍTULO III**  
**DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2007 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e suas Autarquias.

Art. 6º - Os estudos para cálculo e definição da previsão da receita para o exercício de 2007, deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico e vegetativo, sua evolução nos exercícios anteriores e a arrecadação até o mês de agosto de 2006.

Art. 7º - Se a receita estimada para o exercício de 2007, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária e detecção de erros, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação ao orçamento.

Art. 8º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, os Fundos e Autarquias, de forma proporcional às suas dotações, poderão adotar o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário ao equilíbrio e cumprimento das metas, para as seguintes despesas e na ordem abaixo:

- I- eliminação de qualquer tipo de festa/programação onerosa;
- II- redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos;
- III- racionalização com os gastos com diárias referentes a cursos e/ou qualquer tipo de viagem, excluídas as comprovadas como de extrema necessidade;
- IV- eliminação de despesas com horas extras;
- V- redução dos investimentos programados (aquisição de equipamentos e máquinas em geral);
- VI- redução/reprogramação de obras;
- VII- contingenciamento das dotações apropriadas para custeio.

Art. 9º - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo II, desta Lei.

Art. 10 - As transferências ao Legislativo, na forma do disposto no artigo 29-A, I, da Constituição Federal, ficam fixadas em até 8% (oito por cento) da soma da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, da mesma Constituição, efetivamente realizado no exercício anterior.

Av. Sylvio Menicucci, 1575 - Bairro Kennedy - 37200-000 - Telefax.: (35)3694-4024: [juridicopmt@lavras.mg.gov.br](mailto:juridicopmt@lavras.mg.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

Parágrafo Único – Os repasses ao Legislativo, observado o limite anual previsto no *caput* deste artigo, serão realizados segundo provisão mensal de despesas encaminhada ao Executivo até o dia 20 de cada mês.

Art. 11 – A Câmara Municipal deverá enviar sua proposta Orçamentária ao Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Municipal ao Legislativo.

Parágrafo Único – O mesmo prazo será observado por todos os órgãos, conselhos, fundos, autarquias, que integrem o Orçamento Único do Município.

Art. 12 – O Orçamento para o exercício de 2007 contemplará recursos para a Reserva de Contingência de, no mínimo, 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinados a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais previstos no Anexo II, desta Lei e/ou imprevistos.

§ 1º – A Reserva de Contingência também poderá ser usada conforme o disposto no Artigo 8º, da Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/2001.

§ 2º – Para efeito desta Lei entende-se como eventos e riscos fiscais imprevistos, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor e as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, imprescindíveis às necessidades do Poder Público.

Art. 13 – Os investimentos e/ou ações com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

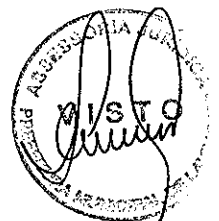
Art. 14 – Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, somente serão executados se ocorrer o ingresso no fluxo de caixa do respectivo órgão.

Art. 15 – As renúncias de receitas no exercício financeiro de 2007, caso ocorram, serão objetos de lei específica, dentro das especificidades da Lei complementar 101.

Art. 16 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, dependerá de lei autorizativa específica e beneficiará, preferencialmente, àquelas de caráter assistencial, educacional, cultural, esportivo e de cooperação técnica.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, na forma do disposto no artigo 204, da Constituição Federal, a entidade privada e sem fins lucrativos deverá ser reconhecida como de utilidade pública municipal, apresentar declaração de funcionamento regular por autoridades locais, comprovante de regularidade de sua diretoria, além de balancete demonstrativo da aplicação dos recursos recebidos no exercício anterior.

Av. Sívio Menicucci, 1575 - Bairro Kennedy - 37200-000 - Telefax: (35)3694-4024: [juridicopmk@lavras.mg.gov.br](mailto:juridicopmk@lavras.mg.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

Art. 17 – Na hipótese de celebração de contratos ou convênios com entidades privadas, cujo instrumento contemple a participação de representantes da sociedade civil na consecução dos objetivos; ou entidades públicas, suas fundações ou autarquias, o Município poderá disponibilizar servidores e/ou recursos necessários para custear participação em eventos de interesse público.

Art. 18 – A destinação direta ou indireta de recursos para pessoas físicas deverá ser autorizada por lei específica, estar prevista no orçamento ou em créditos adicionais e atender a pelo menos uma das condições abaixo:

- I- renda mensal familiar per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo vigente;
- II- estar representando o Município em eventos fora de seu território, desde que de comprovado interesse público.

Art. 19 – Para efeito do disposto no § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 20 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído e/ou iniciado, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 21 – Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal, quando firmados convênios, acordos ou ajustes que determinem valores e apontem as dotações previstas na Lei Orçamentária.

Art. 22 – A previsão das receitas e a fixação das despesas, para o exercício de 2007, serão orçadas a valores correntes, acrescidas, quando necessário, do índice inflacionário previsto e expectativa de crescimento vegetativo.

Art. 23 – Fica autorizada, no exercício financeiro de 2007, mediante decretos, a abertura de créditos adicionais suplementares às dotações orçamentárias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total do Orçamento.

Art. 24 – Mediante lei autorizativa, poderão ser abertos créditos adicionais especiais, apontando como recursos, anulações das próprias dotações orçamentárias, excesso de arrecadação, operações de crédito e superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

Art. 32 – O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal:

- I- eliminação de despesas com horas extras;
- II- exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- III- demissão de servidores não estáveis;
- IV- demais providências contidas no Artigo 169 da Constituição Federal.

Art. 33 – A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas no final de cada quadrimestre.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 34 – O Executivo encaminhará ao Legislativo, quando preciso, projeto de lei propondo as alterações na legislação, inclusive na tributária, que se fizerem necessárias ao equilíbrio das contas públicas.

Art. 35 – Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 36 – Constarão da proposta orçamentária para o exercício de 2007, recursos para pagamento de precatórios recebidos até 15 de julho de 2006.

Art. 37 – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não aprovar a Proposta Orçamentária.

§ 1º - A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2007 será enviada à Câmara Municipal até o dia 15 de outubro do corrente ano.

§ 2º - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for devolvido ao Executivo até 31 de dezembro de 2005, fica o Executivo Municipal autorizado a executá-lo na forma original, até a devida sanção da respectiva lei.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 38 – São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada a disponibilidade de dotação orçamentária e recursos financeiros.

Art. 39 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, considerados de interesse público.

Art. 40 – Para atender eventuais contrapartidas do Município, mediante convênios ou similares para a transferência de recursos do SUS – Sistema Único de Saúde, o orçamento consignará dotações orçamentárias próprias.

Art. 41 – A expansão e criação de secretarias e/ou outros órgãos criados por lei na estrutura organizacional da Administração Pública Municipal, dependerá de específica autorização legislativa, existência de recursos orçamentários e observância dos limites legais com despesas de pessoal.

Art. 42 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lavras, em 04 de setembro de 2.006.

  
**JUSSARA MENICUCCI DE OLIVEIRA**  
Prefeita Municipal

